



**PRIMEIRO ADITAMENTO DA ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE 1.200.000  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA 9ª EMISSÃO  
DA BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, EM SÉRIE ÚNICA**

Pelo presente instrumento particular,

**BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, Osasco, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP") sob o nº 35.300.038.142, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 43.833.821/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social e autorizada pelo Banco Central do Brasil, nomeada nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão perante a Emissora ("Agente Fiduciário"),

vêm celebrar o Primeiro Aditamento da Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações da 9ª Emissão da Emissora ("Primeiro Aditamento"), que tem por finalidade modificar as cláusulas abaixo, conforme solicitação feita pela Comissão de Valores Mobiliários, em seu OFÍCIO/CVM/SER/GER-2/nº 757/2002.

O item 3.17.1 passa a ter a seguinte redação, que inclui a informação de que a prorrogação dar-se-á quando a data de pagamento vencer sábado, domingo ou feriado nacional:

**"3.17. Prorrogação dos Prazos**

**3.17.1.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Osasco, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional."

O item 3.19.1 passa a especificar o mercado onde serão distribuídas as debêntures, tendo a seguinte redação:

**3.19. Procedimento de Distribuição**

**3.19.1.** As debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado de balcão organizado, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições participantes da distribuição pública que desejarem efetuar a subscrição das Debêntures, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos. O prazo de colocação das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da concessão de registro de distribuição das Debêntures perante a CVM.



Foi retirada a expressão "razoavelmente" do item 4.1."i", letra "c", que passa a ter a seguinte redação:

"4.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

(...)

c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis;

Nos itens 4.1,"i", letra "g" e 5.2."iv", houve alteração na referência cruzada à cláusula de vencimento antecipado, assim, suas novas redações passaram a ser:

"4.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(...)

"i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

"(...)

"g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 3.16 desta Escritura, imediatamente após sua ocorrência;

5.2. O Agente Fiduciário declara:

(...)

iv) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 3.16 desta Escritura.

O item 5.6 foi alterado para retificar o prazo de convocação da Assembléia Geral, assim o item passa a ter a seguinte redação:

"5.6. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo (i) próprio Agente Fiduciário a ser substituído, (ii) pela Emissora, (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário."

O item 5.8., xiii, letra "b" passou a ter a seguinte redação:

"5.8. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM: (...)

xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(...)

b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

Assim, com estas alterações, o texto consolidado da Escritura passa a ser:



**ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE 1.200.000 DEBÊNTURES NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA 9ª EMISSÃO DA  
BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, EM SÉRIE ÚNICA**

Pelo presente instrumento particular,

**BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, Osasco, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP ("JUCESP") sob o nº 35.300.038.142, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 43.833.821/0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social e autorizada pelo Banco Central do Brasil, nomeada nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão perante a Emissora ("Agente Fiduciário"),

vêm celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações da 9ª Emissão da Emissora ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

## **1. DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de maio de 2002 ("RCA").

## **2. DOS REQUISITOS**

### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

2.1.1. A presente emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alteradas pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e de acordo com a Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

### **2.2. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")**

2.2.1. A emissão será registrada de acordo com o Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

### **2.3. Arquivamento da Ata da RCA**

2.3.1. A ata da RCA que aprovou a presente emissão será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no Jornal "Diário do Comércio", de São Paulo, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 62, da Lei nº 6.404/76.



## **2.4. Registro da Escritura**

2.4.1. A presente Escritura será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62, da Lei nº 6.404/76.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Número da Emissão**

3.1.1. Esta é a 9ª (nona) emissão de debêntures realizada pela Emissora.

### **3.2. Data de Emissão**

3.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de junho de 2002 ("Data de Emissão").

### **3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries**

3.3.1. Serão emitidas 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) debêntures, em série única ("Debêntures").

### **3.4. Valor Nominal Unitário e Montante da Emissão**

3.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante da emissão R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.5. Prazo e Data de Vencimento**

3.5.1. As Debêntures terão prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento").

### **3.6. Forma e Conversibilidade**

3.6.1. As Debêntures serão da forma nominativa-escritural, não conversíveis em ações da Emissora. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pela instituição financeira depositária e responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND ("SND"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ("CETIP"), o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures.

### **3.7. Espécie**

3.7.1. As Debêntures serão da espécie subordinada aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.



### 3.8. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

3.8.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido de juros descritos no item 3.9 abaixo, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

### 3.9. Juros

3.9.1. As Debêntures assegurarão aos seus titulares juros incidentes sobre o seu valor nominal unitário, calculados *pro rata temporis* de forma exponencial e cumulativa por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento dos juros, equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média paga pelos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua página na Internet <http://www.cetip.com.br> e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional ("Taxa DI") ("Juros").

3.9.2. Os Juros serão pagos na Data de Vencimento das Debêntures.

3.9.3. Os juros deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \dots \times f_j) - 1]$$

onde:

JR = valor dos juros a serem pagos na data de vencimento;

VN = valor nominal da debênture na Data de Emissão;

$(f_1 \times f_2 \dots \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado da Taxa DI a partir da Data de Emissão (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures (exclusive), calculado conforme fórmula abaixo:

$$f_j = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{d_j}{252}} \right] \right\}$$

onde,

$f_j$  = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

$\text{Taxa DI}_j$  = Taxa DI\*, conforme já definida, referente ao dia "j";

$d_j$  = prazo definido para a Taxa DI<sub>j</sub>.

\*A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

3.9.3.1. Para apuração dos Juros em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa DI não seja conhecida, será utilizada a última Taxa DI disponível, para apuração dos fatores  $f_j$ , não sendo devidas, na hipótese de divulgação posterior da Taxa DI, quaisquer compensações financeiras, tanto à Emissora quanto aos titulares das Debêntures. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para a sua divulgação, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar os Juros, pela superveniência de norma legal, regulamentar ou de outra natureza, o Agente Fiduciário convocará assembléia de debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") para deliberarem, em conjunto com a Emissora, sobre o novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a regulamentação aplicável à



época. Não será facultado, tanto ao debenturista como à Emissora, caso discordem da deliberação da Assembléia de Debenturistas, o resgate antecipado das Debêntures. Desta forma, caso haja a necessidade de substituição da Taxa DI, a nova taxa deverá apresentar nível de remuneração compatível ao percebido pela Taxa DI, observada a regulamentação aplicável à época.

### **3.10. Amortização Programada**

**3.10.1.** Não haverá amortização programada.

### **3.11. Repactuação**

**3.11.1.** Não haverá repactuação.

### **3.12. Aquisição Facultativa**

**3.12.1.** A Emissora poderá adquirir, a qualquer tempo, mediante anuência dos debenturistas, debêntures desta emissão em circulação, por preço não inferior ao seu valor nominal acrescido da remuneração devida até a data de aquisição, observado o disposto no §2º, artigo 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

### **3.13. Resgate Antecipado**

**3.13.1.** A qualquer momento, a partir da Data de Emissão, a Emissora poderá promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do resgate, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do § 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures resgatadas deverão ser obrigatoriamente canceladas.

### **3.14. Não Comparecimento dos Debenturistas**

**3.14.1.** Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela Emissora, correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias relativas à presente emissão nas datas estabelecidas, não lhe dará o direito ao recebimento de qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### **3.15. Local de Pagamento**

**3.15.1.** Os pagamentos das obrigações pecuniárias relativas às Debêntures serão efetuados pela Emissora (i) por intermédio do SND; ou (ii) na sede da Emissora, para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.

### **3.16. Vencimento Antecipado**

**3.16.1.** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o imediato pagamento do valor nominal unitário das Debêntures, acrescido dos Juros, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de intervenção ou liquidação da Emissora.



**3.16.2.** Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o efetivo pagamento das Debêntures, nos termos do item 3.15.1 acima em até 30 (trinta) dias corridos, contados de comunicação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, à CETIP e à instituição financeira depositária, responsável pela escrituração das Debêntures, através de carta protocolada nos endereços constantes da Cláusula 11 abaixo.

### **3.17. Prorrogação dos Prazos**

**3.17.1.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Osasco, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

### **3.18. Negociação**

**3.18.1.** A presente emissão será registrada no SND/CETIP.

### **3.19. Procedimento de Distribuição**

**3.19.1.** As debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado de balcão organizado, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições participantes da distribuição pública que desejarem efetuar a subscrição das Debêntures, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos. O prazo de colocação das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da concessão de registro de distribuição das Debêntures perante a CVM.

### **3.20. Destinação dos Recursos**

**3.20.1.** A totalidade dos recursos obtidos com a subscrição das Debêntures será destinada a reforçar a posição de caixa para preservar a liquidez da Emissora, bem como financiar novas operações de arrendamento mercantil.

### **3.21. Publicação na Imprensa**

**3.21.1.** Os "Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição" e o Aviso aos Debenturistas informando que o relatório anual do Agente Fiduciário encontra-se disponível aos debenturistas serão publicados no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional. Os demais atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos periódicos "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Diário do Comércio", de São Paulo, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observados os prazos legais, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação até 1 (um) dia útil da sua ocorrência.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**4.1.** A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos ao respectivo semestre e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;



- b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos ao respectivo exercício social, e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
  - c) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis;
  - d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, fornecidas com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
  - e) dentro de 15 (quinze) dias, todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
  - f) na mesma data em que forem publicados, os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de Assembleia Geral ou de reunião de Conselho de Administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam o interesse dos debenturistas; e
  - g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 3.16 desta Escritura, imediatamente após sua ocorrência;
- ii) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou, por qualquer forma, distribuir todo ou parte de seu resultado, mesmo para pagamento de debênture de participação nos lucros, se estiver em atraso superior a 5 (cinco) dias em relação ao pagamento dos Juros e do valor nominal das Debêntures;
  - iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
  - iv) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
  - v) manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço;
  - vi) desde que solicitada e com sua prévia autorização, efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos; as despesas a que se refere este subitem (vi) incluem, exemplificativamente:
    - a) publicação de relatórios, avisos, notificações previstas nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; e
    - b) contratação de empresa de auditoria independente.

## 5. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário desta emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura, que expressamente aceita a nomeação e assina a presente Escritura na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas perante a Emissora.

### 5.2. O Agente Fiduciário declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o § 1º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;





iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983; e

iv) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas no item 3.16 desta Escritura.

5.2.1. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura, ou do aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou pagamento integral das Debêntures objeto da presente emissão.

5.3. O Agente Fiduciário, ou seu eventual substituto, receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

5.3.1. Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela no quinto dia útil após a concessão do registro da presente distribuição pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as demais nas mesmas datas dos anos seguintes, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

5.3.2. A remuneração do Agente Fiduciário referida nesta Cláusula não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 5.4 abaixo.

5.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração anual recebida e aquela a que fez jus.

5.3.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que ele indicar.

5.4. A Emissora compromete-se a efetuar, desde que previamente aprovado, o pagamento de todas as despesas solicitadas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste item, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:

- i) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
- ii) extração de certidões;
- iii) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais



despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar a garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

5.6. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo (i) próprio Agente Fiduciário a ser substituído, (ii) pela Emissora, (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

5.7. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.7.1. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o agente fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da sua remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados. Este valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas desde a data do efetivo recebimento da remuneração pelo agente fiduciário substituído.

5.7.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, substituir o Agente Fiduciário e indicar seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.7.3. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação quanto ao atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.7.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo ser averbado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

5.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.

5.8. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- ii) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, se houver, sanando eventuais lacunas e irregularidades; neste caso, o Agente Fiduciário deverá solicitar ao Oficial do registro que notifique a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos que porventura se fizerem necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- x) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- xii) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos dos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora na Escritura;
  - h) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
  - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiv) colocar o relatório de que trata o subitem (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - a) na sede da Emissora, no endereço mencionado no preâmbulo desta Escritura;
  - b) no escritório principal do Agente Fiduciário, no endereço mencionado no preâmbulo desta Escritura;
  - c) no mercado de balcão CETIP à Av. República do Chile, 230 - 11º andar, Rio de Janeiro - RJ ou Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar, São Paulo - SP;



- d) na CVM;
  - e) na Bolsa de Valores, quando for o caso; e
  - f) na sede do coordenador que liderou a colocação das Debêntures;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura, e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item anterior;
- xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem eventualmente resgatadas antecipadamente;
- xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos; essa comunicação deverá, também, ser enviada à CVM, à CETIP; e ao Banco Central do Brasil ("BACEN");
- xx) a notificação de que trata o item anterior, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por fac-símile (sendo o respectivo comprovante de transmissão prova suficiente de que a pessoa cujo número de fac-símile coincida com o do aparelho receptor recebeu tal notificação), e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas;
- xxi) calcular, diariamente, o valor unitário de cada Debênture, disponibilizando-o aos debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário e/ou do *site* na internet: [www.pavarini.com.br](http://www.pavarini.com.br);
- xxii) usar de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da Emissora, e desde que, aprovado pelos debenturistas, reunidos em Assembléia de Debenturista especialmente convocada para esse fim, nos termos da Cláusula 6 desta Escritura:
- a) declarar, nos casos previstos nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
  - b) representar os debenturistas em processos de intervenção ou liquidação da Emissora; e
  - c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos.

5.9. Nos termos do § 4º do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o Agente Fiduciário responde perante os debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

5.9.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas descritas nas alíneas (a) e (c), do subitem (xxii) do item 5.8 acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para deliberar sobre estas matérias autorizá-lo, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (b) do item 5.8 (xxii) acima, será necessária apenas a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação para eximi-lo de responsabilidade.



## 6. DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

6.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia especial, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

6.2. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por debenturistas que representem, no mínimo, dez por cento (10%) das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

6.3. Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembleia Geral de Acionistas.

6.4. A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número de presença.

6.5. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada debênture será atribuído um voto.

6.6. A Assembleia somente poderá aprovar alterações nas condições das Debêntures, pelo voto de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação. Em qualquer caso, para efeito de quorum, serão excluídos os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, a qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

6.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias de Debenturistas.

## 7. DA RENÚNCIA

7.1. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## 8. DA AUTONOMIA DAS DISPOSIÇÕES

8.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

## 9. DAS MODIFICAÇÕES

9.1. Observando-se os requisitos dos artigos 59 e seguintes da Lei nº 6.404/76, qualquer modificação à presente Escritura somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as partes que assinam a presente.

## 10. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara que:

- i) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;



- ii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- iii) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- iv) os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou sua controladora) sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades a que estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou sua controladora) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou sua controladora) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- v) esta Escritura constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz em face da Emissora; e
- vi) os prospectos preliminar e definitivo relativos à presente emissão e dos quais os debenturistas possuem cópia contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora; todas as declarações ali contidas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; não há outros fatos em relação à Emissora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros.

10.2. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos debenturistas e ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 11 abaixo, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## 11. DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:  
**Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Luiz Carlos Trabucco Cappi  
Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, São Paulo - SP  
Fone: (0xx11) 3681-4011 - Fax: (0xx11) 3681-2564/3684-4630  
E-mail: 4000.diretoria@bradesco.com.br
- ii) para o Agente Fiduciário:  
**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**  
Diretor Responsável: Henrique de Queirós Mattoso  
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha/Sr. Rinaldo Ferreira  
Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar  
20050-005 Rio de Janeiro, RJ  
Fone: (0xx21) 2507-1949 - Fac-símile: (0xx21) 2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br
- iii) para a CETIP  
**Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP**  
Av. República do Chile, 230 - 11º andar  
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (21) 2276-7474 - Fax (21) 2262-4308/2262-5481  
ou  
Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar  
CEP 01009-000 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 3111-1400 - Fax (11) 3115-1664; e



iv) para o Agente Escriurador das Debêntures;

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, São Paulo - SP

Fone: (0xx11) 3684-3727 - Fax: (0xx11) 3684-5093

E-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

11.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

## 12. DO FORO


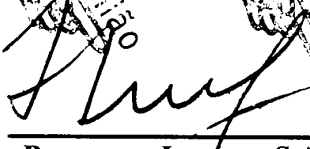
12.1. Fica eleito o foro central da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Escritura, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas.

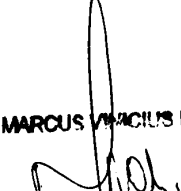
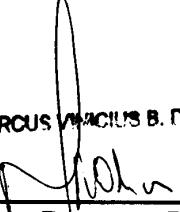
São Paulo, 25 de junho de 2002


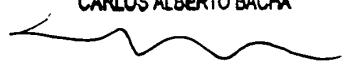


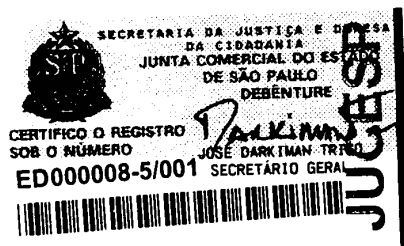
ESTA É A ÚLTIMA PÁGINA DO PRIMEIRO ADITAMENTO DA "ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE 1.200.000 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA 9ª EMISSÃO DA BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL, EM SÉRIE ÚNICA


  
  
**BRABESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO**  
Sérgio Socha


  
  
**MERCANTIL**  
Luiz Carlos Trabuco Cappi

  
  
**MARCUS MACILUS B. DA ROCHA**  
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

  
  
**CARLOS ALBERTO BACHA**



  
1.  
Nome: Osmar Roncolato Pinho  
R.G.: 6.468.543

  
2.  
Nome: Ariovado Pereira  
R.G.: 5.878.122/SSP-SP